



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N 847 de 27 de Março de 2018.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 - Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, rgo da Administração do Município, com caráter deliberativo, consultivo, normativo, fiscalizador acerca das políticas, planos e programas para produção de moradia e de curadoria dos recursos a serem aplicados, acompanhar e avaliar a Política Municipal de Habitação.

Art. 2 - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social será constituído por 7 (sete) membros titulares e igual número de suplentes, na seguinte forma:

I – 3 (cinco) representantes do Poder Executivo;

II – 2 (dois) representantes da Câmara Municipal;

III- 2 (dois) representantes da sociedade civil;

 1- O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

 2- Os membros do CMHIS exercerão seus mandatos de forma gratuita, ficando vedada a concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 3 - Os membros representantes da sociedade civil serão indicado pelo Poder Executivo.

Art. 4 - O CMHIS será presidido, na primeira Gestão, pelo representante do Poder Executivo escolhido e, partir da segunda gestão, a presidência será exercida por um dos membros do CMHIS eleito para este fim.

 1- as reunioes do CMHIS somente poderão ser instaladas com a presença de, no mínimo, 04(seis) de seus membros e, as decisoes deverão ser tomadas por maioria simples cabendo ao Presidente o voto de desempate;

 2- os assuntos e deliberaoes, fruto das reunioes do Conselho, serão registrados em ata que será lida e aprovada em cada reunio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 3º- as reuniões tero convocação por escrito, com antecedência mínima de três dias para as reuniões ordinárias, e quarenta e oito horas para as extraordinárias.

§ 4º- No caso do afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, assumir o suplente correspondente do setor representado no Conselho.

Art. 5º - O CMHIS reunir-se- ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente na forma que dispuser seu Regimento Interno.

Art. 6º - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse social deverá conter, no mínimo:

I - a forma de convocação das reuniões extraordinárias;

II - quorum de instalação das reuniões e de votação;

III - forma de convocação e quorum de votação nas Plenárias Abertas.

Art. 7º - Compete ao CMHIS:

I - analisar, discutir e aprovar:

a)os objetivos, as diretrizes e o estabelecimento de prioridades da Política Municipal de Habitação;

b)a Política de Captação e Aplicação de Recursos para a produção de moradia;

c) os Planos, anuais e plurianuais, de Ao e Metas;

d)os Planos, anuais e plurianuais, de Captação e Aplicação de Recursos;

e)liberação de recursos para os programas decorrentes do Plano de Ao e Metas;

II – acompanhar e avaliar a gestão econmica e financeira dos recursos e a execução dos programas, projetos e ações, cabendo-lhe a suspensão de desembolsos caso constatadas irregularidades;

III - propor reformulação ou revisão de Planos e programas  luz de avaliações perodicas;

IV - analisar e aprovar, anualmente, relatórios contábeis referentes  aplicação dos recursos para a Habitação no Município, inclusive aqueles referentes ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

V - elaborar seu Regimento Interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

VI - definir os parâmetros para a concessão dos subsídios, obedecendo, observada a capacidade de pagamento da família, levando em considerao as seguintes diretrizes:

a) Os valores dos benefícios devem guardar relao inversa com a capacidade de pagamento das famílias beneficiárias;

b) A concessão do benefício deve estar condicionada ao acesso a imóveis em condioes de habitabilidade definidas pelas posturas municipais, com base em padrões referenciais estabelecidos a partir da realidade local;

c) Identificao dos beneficiários das políticas de subsídios, em cadastro municipal, de modo a controlar a concessão dos benefícios;

d) Utilizao de metodologia aprovada pelo CMHIS, para o estabelecimento dos parâmetros relativos aos valores dos benefícios, capacidade de pagamento da família e valores máximos dos imóveis, que expresse as diferenças regionais;

e) Concepo do subsídio como benefício pessoal e intransferível, concedido com a finalidade de complementar a capacidade de pagamento do beneficiário para o acesso  moradia, ajustando-a ao valor de venda do imóvel ou ao custo do serviço de moradia, compreendido como retribuio de uso, aluguel, arrendamento ou outra forma de pagamento pelo direito de acesso  habitao;

f) Suspensão ou revisão do benefício, no caso de alteraoes nas condioes que lhe deram causa ou inadimplemento contratual.

VII - acompanhar a implementao das Resoluoes das Conferências Municipais de Habitao;

VIII - deliberar sobre convênios destinados  execuo dos projetos habitacionais, urbanizao e regularizao fundiária;

XV - estimular a participao e o controle popular sobre a implementao das políticas públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano;

X - possibilitar a ampla informao  populao e às instituioes públicas e privadas sobre temas e questoes atinentes  política habitacional;

XI - acompanhar, avaliar e modificar, as condioes operacionais da política municipal de habitao, estabelecendo os instrumentos para o seu controle e fiscalizao;

XII - propor ao Executivo legislao relativa a Habitao e ao uso do solo urbano, bem como obras complementares de saneamento, infra-estrutura e equipamentos urbanos;

XIII- constituir grupos técnicos, comissoes especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o desempenho de suas funoes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

XIV - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XV – selecionar os critérios de hierarquização, priorização e seleção de acordo com o disposto na Portaria n. 412 de 06 de agosto de 2015 que aprovou o Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

Art. 8 - O CMHIS elaborar seu Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua instalação.

Art. 9 - As despesas necessárias para funcionamento do Conselho correrão por conta do orçamento geral do município.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

JURACY COSTA DA SILVA

Prefeito municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração